



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO
EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA
MUNICIPAL DE SETUBAL
Realizada em 21 de abril de 2023

N.º 10/2023

Aos vinte e um dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, realizou-se, pelas dezasseite horas e dez minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião extraordinária da Câmara Municipal de Setúbal, de acordo com o Edital n.º 49/2023, sob o registo n.º 1.

A reunião foi presidida pelo Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins (CDU), e na mesma estiveram presentes a Sra. Vice-Presidente Carla Alexandra Potrica Guerreiro (CDU) e os Srs. Vereadores Fernando Miguel Catarino José (PS), Carlos Alberto Mendonça Rabaçal (CDU), Fernando Mimoso Negrão (PPD/PSD), Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues (PS), Pedro Sérgio Fernandes Pina (CDU), Joel Alexandre Neves Marques (PS) e Ana Rita da Costa Pinheiro de Carvalho (CDU).

O Sr. Vereador Nuno Filipe de Jesus Marques Nunes da Cruz (PS) esteve presente em substituição do Vereador Vítor Manuel Ramalho Ferreira (PS), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 2 e 3.

O Sr. Vereador Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado (PPD/PSD) esteve presente em substituição da Vereadora Sónia Isabel Leal Maurício Martins (PPD/PSD), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 4 e 5.

Secretariou a reunião o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Paulo Jorge Simões Hortênsio, de acordo com n.º 3 do Artigo 24.º do Regulamento da Organização de Serviços em vigor.

A Ordem de Trabalhos da reunião foi entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2 do Artigo 25.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, e consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 6.

Ordem de Trabalhos

1. Deliberação n.º 668/2023 – Proposta n.º 22/2023 – GAP – Relatório Anual de Gestão e Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Setúbal, exercício de 2022 (período de 18 a 31 de dezembro)

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 7 e 8.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que assistiram ao longo dos anos às dificuldades, que se foram prolongando por demasiado tempo, naquilo que seria a gestão da rede de saneamento básico e a sua extensão, acima de tudo nas freguesias afastadas do centro da cidade. Naquele momento, com a gestão pública da água e do saneamento, entendiam estarem reunidas as condições para o investimento que seria feito com as receitas arrecadadas pelos próprios serviços Municipalizados.

Esperava que 2023 fosse um ano de viragem e de aprofundamento do investimento, na requalificação da rede de água que era antiga, deficitária e com fugas significativas, assim como o investimento da extensão da rede de saneamento básico, que correspondia a um direito fundamental de todos os cidadãos, em zonas onde atualmente ainda não existiam.

 1 / 7

Sr. Presidente – Informou o senhor Vereador Joel Marques que estariam totalmente de acordo.

Referiu que assumiram a responsabilidade da gestão das águas e saneamento no concelho de Setúbal, para dar um rumo diferente àquilo que aconteceu nos últimos 25 anos, sendo que ainda estavam no primeiro ano de início dos Serviços Municipalizados. Os Serviços Municipalizados não seria o mesmo que uma empresa que começava com um capital social e com capacidade de começar a fazer os investimentos volumosos, que seriam necessários para atingir os objetivos de abrangência e de estabilidade na prestação do serviço em todo o território do concelho.

Disse que ainda estavam numa fase de instalação dos Serviços Municipalizados, porque existiam vários fatores que precisavam de ter alguma estabilidade, designadamente no que dizia respeito à operação e gestão dos próprios serviços.

Referiu que uma boa parte dos dirigentes vinha de uma empresa privada, cujas regras de funcionamento e de gestão diferiam dos serviços públicos, pelo que teria de existir um período de adaptação por parte dos trabalhadores e que a Câmara Municipal e o Conselho de Administração tinham a obrigação de criar as condições para que aquele processo se desenvolvesse com o tempo necessário.

Aquele seria um processo de estabilização que estaria a decorrer, mas isso não significaria que os Serviços Municipalizados estivessem parados, estando a prestar o serviço normal de apoio e de preparação de investimento. Num período de instalação não poderiam esperar que de um dia para o outro a coisa acontecesse, teria que atingir uma maturidade no domínio da gestão, para além das questões que estariam relacionadas com a capacidade de investimento, que seria necessário serem criadas.

Disse que tudo teria de evoluir com prioridades, que seriam bem diferentes da gestão anterior, dando como exemplo a falta de saneamento nas Pontes, que na insistência que a Câmara Municipal fez sobre a empresa, para justificar aquela intervenção, tinham-lhes dito que aquela não seria uma prioridade da empresa, por essa razão haveria prioridades que o serviço público tinha, mas que a empresa não tinha.

Tratavam-se de questões importantes, as diferenças nas prioridades que se refletiam em tudo o que seriam serviços de dimensão significativa, com ações complexas na prestação de serviço público, que num estado de implementação e instalação desses serviços levaria algum tempo. Teriam de reconhecer o direito para que aqueles serviços se adaptassem àquelas novas regras da gestão pública.

Sobre a proposta em questão, o senhor Vereador Joel Marques não se referiu à mesma, pelo que suponha que estariam em condições de poder avançar.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que teve a oportunidade de analisar a proposta, no tempo extra que teve disponível, não tendo mais comentários a fazer. No seu entendimento, se o senhor Presidente pretendesse colocar a proposta a votação, certamente que estariam reunidas as condições.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que estariam a abarcar o período posterior a 18 de dezembro até 31 de dezembro relativo à gestão e prestação de contas dos Serviços Municipalizados.

Apesar do conteúdo do documento, que, naturalmente, seria uma formalidade legal, deixavam claro que aquele era o modelo que a CDU escolheu para a gestão da água em Setúbal e também dos resíduos.

Sendo assim, tinha a responsabilidade de corresponder àquilo que havia sido anunciado numa reunião de Câmara e também propagandeado e divulgado pela cidade, sobretudo em alguns "Outdoor", de que a água seria mais barata e que o serviço seria melhor, incluindo os investimentos que não foram feitos ao longo de um longo período e que continuavam a entender que deveriam ter sido feitos.

Disse que restaria votar a proposta, desejando que os Serviços Municipalizados correspondessem a essa expectativa que todos tinham naquela Câmara, assim como os setubalenses e azeitonenses.

Sr. Presidente – Disse que os compromissos assumidos seriam para cumprir.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que a prestação de contas seria de 14 dias, havendo pouco movimento financeiro, sem grande expressão, tratando-se de colocar os números nas tabelas certas, nos momentos certos. Não haveria grande dificuldade, nem haveria grandes notas de gestão a não ser do processo de instalação.

Disse que seria útil fazer referência que naquele período estariam a instalar a equipa financeira, a equipa administrativa, a equipa da exploração e a equipa de recursos humanos no Edifício Bocage. Decorrente da avaliação que fizeram dos equipamentos e das instalações, decidiram alocar uma loja para integrar e alojar o “Call Center”, tendo em conta que as trabalhadoras estavam em situações muito precárias, no entanto, só iriam transitar para o Edifício Bocage no início do próximo mês.

Disse que estariam a concluir o processo de procedimento concursal para fazer o encapsulamento de todas as telhas de amianto das instalações dos Ciprestes e garantir uma alteração profunda nos balneários, uma vez que estavam numa situação pouco adequada. No conjunto dos edifícios da área dos Ciprestes, na estrada a caminho de Palmela, decidiram pintar, impermeabilizar, substituir os aquecimentos, sendo que alguns deles eram descontinuados desde os anos 80.

Disse que houve uma intervenção muito consistente naquela área e na área operacional criaram uma nova equipa de trabalho para tratar das estações elevatórias, que estavam ligadas à alta do saneamento na Águas do Sado e que vieram para a baixa, adquiriram uma viatura de caixa aberta e outra viatura de apoio para a referida equipa.

Na área operacional as coisas estariam a funcionar bastante bem, com algumas necessidades que foram identificadas.

Disse que se lembrava de ter colocado a questão numa das reuniões, da necessidade de haver uma informação das chefias da Águas do Sado sobre a necessidade de pessoal, os quais lhes terão transmitido que não haveria necessidade.

No entanto, num primeiro recenseamento feito com as chefias do lado dos Serviços Municipalizados verificaram terem necessidade de acréscimo de cerca de 20 trabalhadores, com a redução do horário das 40 horas para as 35 horas, sendo que só em horas não trabalhadas representava o horário de trabalho normal de 10 trabalhadores, significava que haveria necessidade de um ajustamento na área de recursos humanos que estaria a ser feito, tudo numa relação com os sindicatos do SINTAP e do STAL.

Na realidade, faziam um esforço muito grande de dotar os serviços da capacidade operacional e da capacidade humana para resolver os problemas criados à equipa que transitou.

Disse que seria relevante saber que os trabalhadores que tinham transitado da Águas do Sado para o desempenho de funções nos recursos humanos desconheciam o funcionamento da gestão pública, razão pela qual tiveram que reforçar a equipa com pessoas que dominassem a matéria, significava que muitos deles estariam a aprender do ponto de vista das operações, na aquisição de serviços, nas empreitadas e também nos novos sistemas informáticos ajustados à gestão pública. Trava-se de um processo que ainda não estava concluído e que levaria algum tempo até estar completamente resolvido.

Disse que iriam ser feitos dois investimentos de alguma relevância na ordem dos 900 mil euros, que seriam divididos por uma nova captação em Pinhal Negreiros, em Azeitão, com uma adutora respetiva e uma hidropressora para garantir uma estabilização do abastecimento de água em Azeitão, cuja primeira fase que era de grande dimensão iria custar cerca de 4 milhões de euros e no Faralhão existia um furo que já tinha sido executado e que iria ser equipado, para reforçar o abastecimento de água do lado de Setúbal.

Disse estarem naquele momento a fechar o plano de investimentos, o qual teria que ficar associado ao plano de investimentos do Município, uma vez que existia muita intervenção territorial, que teria de ser acompanhada por intervenção de saneamento, quer pluvial, quer doméstico e também no abastecimento de água, mas sobretudo no saneamento. Seria uma coisa que tinha que estar colado à outra e só se poderia definir um com o outro, caso contrário as coisas não sincronizavam. Do ponto de vista dos investimentos estariam a ponderar algumas prioridades, sendo que algumas foram assumidas publicamente e já estariam em marcha.

No caso da Gâmbia a própria Câmara decidiu avançar com um processo concursal para a primeira fase, tendo havido um compromisso assumido com as entidades locais e com a Junta de Freguesia de não haver paragens, prevendo que concluiriam toda a intervenção até ao final do mandato, resolvendo aquele problema de uma vez por todas.

Disse que estava a ser feito um levantamento e a monitorização do cadastro dos Serviços Municipalizados, porque o cadastro deixado pela Águas do Sado era muito impreciso, tinham alguma dificuldade de acertar com os locais exatos, pelo que iriam reforçar o rigor daquele cadastro, estando a ultimar a elaboração do cadastro pluvial, com uma equipa própria que estaria a fazer um grande esforço naquela matéria.

Referiu que tiveram que criar condições em Poçoilos para acolher a equipa de direção administrativa dos resíduos, que estavam no Edifício Sado provisoriamente, avançando com um processo concursal para criar uma instalação em Poçoilos mais adequada para os respetivos trabalhadores.

Disse que iriam ter que ponderar bem sobre os investimentos, sobretudo em equipamentos, visto que tanto os equipamentos dos resíduos como os equipamentos afetos à operação da água, sobretudo em máquinas pesadas, existia algum material antigo.

Para a recolha de resíduos havia viaturas novas e outras alugadas, no entanto, existiam coisas muito antigas. Na operação da água existiam máquinas muito antigas que já vinham do tempo dos antigos Serviços Municipalizados, fizeram pelo menos 25 anos e já não estavam em grande estado de conservação, tendo feito grande parte da sua vida útil, pelo que se justificava a necessidade de investimento.

Disse que a primeira das últimas duas questões estaria relacionada com os resultados da água, que garantiam seis milhões de euros, em resultado positivo, que a Águas do Sado tinha conseguido gerir durante vários anos. Tinham tomado medidas relevantes que acabariam por brigar com aqueles resultados. Decidiram baixar o valor da água e criar a tarifa social obrigatória, no valor de dois milhões e meio de euros que tinham saído daquele dinheiro.

No entanto, em período de guerra, a energia mais que duplicara, tendo aumentado um milhão e meio de euros, pelo que iriam esperar que a energia baixasse um pouco, para recuperar a capacidade financeira.

A SIMARSUL aumentara a tarifa em 13%, significava quase meio milhão de euros. Na prática tinham diretamente para investir um milhão e meio de euros que poderia ir até aos dois milhões. Significava que teriam que ir ao mercado para fazer os grandes investimentos, quer no abastecimento de água, quer de reabilitação de redes, sobretudo a reabilitação de redes.

Disse que estava a ser muito importante o desempenho dos trabalhadores naqueles quatro meses, com uma grande compreensão, dedicação, envolvimento, com uma grande responsabilidade e competência. Tinha sido um trabalho notável dos trabalhadores de todas as áreas.

Lembrou que tinha sido muito importante aquela decisão proposta pela CDU, acompanhada pelo conjunto da Assembleia Municipal e pela Câmara Municipal. Tratava-se de uma decisão muito importante que tinha sido tomada e que iria provar no tempo o acerto da decisão.

Disse que havia muitos aspetos de regulamentos que estavam a ser fechados, novos regulamentos que tinham de ser desenvolvidos. Na área de resíduos havia uma profusão de legislação, de plano e de diretivas absolutamente exponenciais. Alguém que andasse entretido a fazer aquelas coisas, em geral toda aquela panóplia de medidas trazia despesa. Tratava-se de um assunto que teria de ser avaliado no momento próprio, quando se tratasse da respetiva implementação.



Disse que havia outra matéria, da qual decidiram investir, que estaria relacionada com os buracos na rua, decorrente das intervenções das águas. Numa fase inicial contactaram uma empresa, que tinha começado a tapar os buracos, sobretudo em Azeitão, tendo a coisa mudado rapidamente. Naquele momento havia muitos buracos por resolver, vindo da Águas do Sado e também dos atuais Serviços Municipalizados. Estavam a fechar a contratação de três empresas que iriam trabalhar para os Serviços Municipalizados, sendo uma delas em Azeitão, outra na zona oriental do concelho e a parte mais oriental de São Sebastião e outra empresa a trabalhar sobretudo na zona central da cidade, para resolver tudo o que fosse buracos. Aquele era o esforço que faziam, apesar de estarem com quatro meses, não seria fácil de resolver de uma assentada, mas poderia assegurar que dentro de muito pouco tempo, os buracos iriam ter o período de uma semana ou dez dias e depois iriam desaparecer paulatinamente, depois de devidamente consolidados. Também iriam investir na melhoria da sinalização dos buracos. Tudo aquilo implicava comprar coisas, fazer investimentos. Referiu que iria continuar a dar nota à Câmara dos passos que iriam dando e da evolução das coisas, quer daquilo que lhes parecia que estivesse a correr bem ou menos bem, no sentido de a câmara ter uma informação detalhada e atualizada daquilo que tinha sido a sua deliberação.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse que aquando do fim da concessão e do início da construção dos Serviços Municipalizados, tudo tinha passado pela Câmara. Recordou que o PSD levantara um conjunto significativo de dúvidas/objeções, sendo que muitas delas estaria relacionado com a pressa na realização daquele projeto, por parte da CDU. A pressa normalmente era má conselheira, mas não seria aquele o seu desejo de que as coisas corresse mal. Disse que ainda mantinham muitas das objeções ali formuladas, tudo o que tinha sido feito até ao presente tinha sido feito com alguma pressa excessiva, no entanto, desejavam que as coisas continuassem a correr bem e que aquele grande projeto não só material, mas também político, do executivo CDU, se concretizasse não por razões de natureza política ou benefício político, mas para benefício das populações.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que para a instalação dos Serviços, num processo que estava em curso, as coisas estariam a decorrer normalmente em relação ao abastecimento de água, enquanto em simultâneo estaria a decorrer um processo no tribunal arbitral. Na sequência do recurso, a garantia bancária foi acionada com sucesso. Houve reconhecimento do tribunal em acionar a garantia bancária e naquele processo, dando razão à Câmara naquela questão, criticando, com termos muito pouco comuns, o comportamento da Águas do Sado, pelo tratamento da questão da garantia bancária e pela tentativa de retardar a decisão.

Disse que poderia fazer um dossiê e fazer chegar aos senhores Vereadores sobre a decisão do tribunal.

Disse que a Câmara solicitou à Águas do Sado que lhes enviassem o contrato que a Águas do Sado tinha com os acionistas, que permitia transferir anualmente um milhão de euros para os acionistas.

A Águas do Sado recusara fornecer o contrato, pelo que fizeram uma queixa à CADA — Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, porque tinham o direito e o dever de conhecer o referido contrato. A CADA dera razão à Câmara e deram um prazo de 15 dias à Águas do Sado para fazerem a entrega do respetivo contrato. A Águas do Sado recusara entregar o contrato e a Câmara metera uma ação em tribunal, tendo a Águas do Sado sido condenada, em primeira instância, a entregar o contrato ao Município no prazo de 10 dias.

A Águas do Sado recorrera para o tribunal superior e apesar do tribunal superior ainda não ter apresentado o acórdão, no entanto, informaram que estariam conforme a decisão do primeiro tribunal, significava que o contrato teria de ser entregue ao Município. Estavam à espera do acórdão do Tribunal Administrativo.

Disse que também solicitaram à Águas do Sado, uma vez que assumiram todas as responsabilidades dos contratos estabelecidos com os munícipes, o valor das cauções. Havia

umas centenas de milhares de euros de cauções detidas pela Águas do Sado, que recusaram entregar ao Município. A Câmara iria mandar nova missiva e se não houvesse resposta, teria que recorrer a tribunal, para que lhes pagassem as cauções, porque qualquer munícipe tinha direito à devolução da caução. A Águas do Sado poderia desaparecer e depois não poderiam impedir a Águas do Sado de pagar-lhe. Supostamente a Águas do Sado estaria a reter o dinheiro por qualquer razão, pelo que iriam insistir numa linha de diálogo para convencer a Águas do Sado a fazê-lo.

No entanto, tinha um parecer jurídico no qual referia que a Águas do Sado seriam obrigados dar-lhes o valor das cauções, os quais teriam de ser devolvidos a *posteriori* aos munícipes por parte da Câmara.

Disse que entregaram no Tribunal Arbitral a petição inicial, com o conjunto de reclamações, tendo reclamado oito pontos.

Além dos cerca de 30 milhões que a Águas do Sado lhes devia, os juros associados eram cerca de 16 milhões. A entrega no tribunal foi feita no dia 31 de março, data-limite, e a Águas do Sado tinha 45 dias para ripostar a referida petição, por sua vez o município tinha 30 dias para contrarresponder. Significaria que no final de maio o processo de petição estaria fechado e depois seguiria a audição de testemunhas.

Tinham a perspetiva de que o processo estivesse fechado antes do final do ano, mas não tinham a garantia, visto que o tribunal tinha 12 meses para tomar a decisão. Tudo aquilo tinha o seu tempo, no entanto, tinham todo o interesse que a situação se resolvesse o mais depressa possível, tendo a convicção de que as coisas estariam bem encaminhadas, no entanto, tudo dependeria da decisão do tribunal.

Havia outros aspetos que não estariam em litigação, que seriam os acertos de contas normais de fecho de contrato, o pagamento das existências e os custos incorridos, coisas que faziam parte da relação contratual.

Aquela seria uma nota complementar em relação aos quatro meses de gestão.

Disse que estava de acordo com o senhor Vereador Joel Marques, quando referia que o ano de 2023 seria o ano que iria clarificar os resultados.

Referiu que gostaria de partilhar uma coisa interessante que não “lembrava ao diabo”. Com a faturação dos Serviços Municipalizados não acionaram de imediato, no prazo respetivo, o aviso de corte e iriam ver como seria o comportamento das pessoas. No entanto, foram informados por um técnico, que o aviso de corte tinha uma função de segundo limite de pagamento e que várias pessoas já tinham ligado para os Serviços Municipalizados a questionar sobre a existência do aviso de corte, para poderem fazer o pagamento. Tratava-se de cerca de seis mil pessoas que só pagavam quando recebiam o aviso de corte, considerando o aviso corte como sendo um segundo prazo para pagar. Significava que as seis mil pessoas estavam à espera do aviso de corte para pagar. Nunca lhe passou pela cabeça que houvesse aquela prática, por essa razão iriam lançar o aviso de corte que teria essa função.

Disse haver muitos aspetos no funcionamento dos serviços que eram completamente imponderáveis, do qual estariam a ter o primeiro contacto, sendo uma surpresa o aviso de corte. Os munícipes recebiam a fatura e tinham 20 dias para pagar e depois recebiam o aviso de corte e teriam mais 20 dias para pagar, significava que contabilizavam sempre 40 dias entre a faturação e o pagamento. No entanto, a maioria pagava nos 20 dias iniciais e só um número muito substantivo, cerca de 10% dos munícipes, é que pagava com o aviso de corte. Esta era uma curiosidade que pretendia partilhar com os vereadores, que os obrigava a fazer um tipo de movimento que não pensavam fazer.

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Referiu que o Partido Socialista já tinha colocado em reunião de Câmara a questão das cauções, porque vários munícipes tinham feito chegar essa preocupação. Recentemente tinham sido informados que ultimamente algumas das pessoas tinham sido reembolsadas daqueles valores e outras não. Questionou o senhor Vereador Carlos Rabaçal se haveria alguma justificação para aquela situação.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Informou a senhora Vereadora Patrícia Paz que os Serviços Municipalizados não tinham reembolsado ninguém, o reembolso tinha sido feito pela Águas do Sado, empresa que ainda não desaparecera. A Águas do Sado ainda tinha faturas próprias que estavam para ser recebidas e emitidas até ao dia 17, em situações de incumprimento. A Águas do Sado tinha faturas que saíam juntamente com as faturas dos Serviços Municipalizados já depois do dia 17, que estaria relacionada com a cobrança de atrasados. Tratava-se de todo um processo que certamente teria um término.

Tudo aquilo faria parte do processo de transição, no entanto, seriam muito poucas as faturas, as quais teriam tendência a desaparecer, mas nos meses de dezembro e janeiro tinham sido muitas as faturas emitidas pela Águas do Sado. Quem devolvera as cauções tinha sido a Águas do Sado e não os Serviços Municipalizados.

Disse que o grande problema passava pela existência de prazos diferenciados para pagamento das cauções. Se a Águas do Sado não lhes atribuísse as cauções e os Serviços Municipalizados iam pagando, os prazos iam caindo e ao dar-se o desaparecimento da Águas do Sado os municípios não receberiam as respetivas cauções. A Câmara colocara como alternativa à Águas do Sado a devolução indiscriminadamente das cauções, mas não seria o processo mais adequado, o mesmo passaria pela transição das cauções para os Serviços Municipalizados, que após os prazos estabelecidos libertariam as cauções paulatinamente. Na realidade, tinha havido poucas pessoas que receberam as cauções, que terá sido a Águas do Sado que lhes devolveu e não os Serviços Municipalizados.

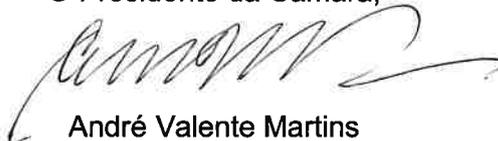
Submetida a votação foi a proposta aprovada, por maioria e em minuta, com 9 votos a favor, 5 da CDU e 4 do PS e 2 abstenções do PPD/PSD.

O Sr. Presidente submeteu à votação a aprovação da minuta da deliberação tomada, a qual foi aprovada por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezassete horas e quarenta e sete minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

O Presidente da Câmara,



André Valente Martins

Esta ata foi aprovada na reunião da Câmara de 6 de setembro de 2023, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita, e contém 7 folhas numeradas e rubricadas pelo Sr. Presidente da Câmara.

O Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,



Paulo Jorge Simões Hortênsio